



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

Lorran Santos de Oliveira

## Debates e cisões no jornal **Voz Operária:** o PCB e o relatório Krushev

Brasília, dezembro de 2013

Lorran Santos de Oliveira

## Debates e cisões no jornal **Voz Operária:** o PCB e o relatório Krushev

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciatura em História, sob a orientação da professora Dra. Ione Oliveira. Data da defesa oral: 19/12/2013.

Banca Examinadora

---

Professora Dra. Ione Oliveira (Orientadora) – HIS/UnB

---

Professora Dra. Léa Maria Carrer Iamashita – HIS/Faculdade JK

---

Mestre Sabrina Steinke – PPGHIS/UnB

Brasília, dezembro de 2013

## **Resumo**

Esta monografia tem como finalidade sistematizar e explorar questões importantes sobre o debate entre os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e as indagações levantadas pelo relatório de Nikita Krushev, publicado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), em fevereiro 1956. O debate ocorreu abertamente na imprensa comunista através da divulgação das discussões nos periódicos comunistas, como nos jornais **Voz Operária** e a **Imprensa Popular**. O objeto deste estudo é o debate publicado, entre outubro de 1956 e abril de 1957, no periódico **Voz Operária**. O objetivo é conhecer os militantes e grupos políticos envolvidos no debate e explicitar as diretrizes políticas defendidas na imprensa comunista.

**Palavras-chave:** PCB, **Voz Operária**, XX Congresso do PCUS, militantes comunistas, debate político e cisões.

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	4
<b>1 - Da União Nacional à Declaração de Março de 1958: o PCB na experiência democrática (1945-1964)</b> .....	7
<b>2 - O PCB e o jornal Voz Operária</b> .....	20
<b>3 - Debates e cisões: o PCB e o XX Congresso do PCUS</b> .....	30
<b>Conclusão</b> .....	43
<b>Fontes</b> .....	47
<b>Bibliografia</b> .....	47

# Introdução

Entre os anos de 1956 e 1957, o Partido Comunista do Brasil (PCB) vivenciou uma dos momentos mais conturbados da sua história: em fevereiro de 1956, Nikita Krushev, sucessor de Stalin, divulgou no XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PUCS), um "relatório secreto" denunciando os crimes de ex-líder soviético, os desvios ocasionados pelo culto da personalidade e as práticas autoritárias dentro e fora do partido. Esse evento representou um momento de inflexão no movimento comunista internacional. Os partidos comunistas passaram por um processo de autocrítica e reflexão sobre o legado stalinista. No Brasil, embora mais tarde, os comunistas debateram, através da imprensa, as questões lançadas pelo XX Congresso do PCUS.

O debate foi desenvolvido através da divulgação de artigos e cartas em periódicos comunistas, tais como **Voz Operária**<sup>1</sup> e **Imprensa Popular**. Assim, as discussões seguiram abertas na imprensa comunista, possibilitando aos militantes do partido tanto a oportunidade de opinarem quanto de se posicionarem em relação aos temas suscitados pelo XX Congresso do PCUS. A partir de então, as divisões no interior do partido se intensificaram, colocando os comunistas brasileiros “diante de intensas discussões políticos-ideológicos e de redefinições de objetivos estratégicos e táticos”<sup>2</sup>, o que levou à expulsão de alguns membros do partido e a mudança da linha política partidária.

Entretanto, para atender os objetivos do trabalho, existem algumas questões cujo exame se faz necessário: sobre quais aspectos divergiam os militantes do PCB no que diz respeito ao culto da personalidade? Quais grupos formados dentro do PCB integraram o debate no periódico **Voz Operária**? Quais foram às linhas políticas defendidas pelas duas facções na imprensa comunista? Sobre a organização interna do partido, quais eram os fundamentos mais criticados?

Mesmo com a vasta produção historiográfica sobre atuação do PCB na vida política nacional, a monografia, a partir dessas questões e dos objetivos definidos, pode contribuir

---

<sup>1</sup> O periódico está disponível para consulta on-line e download na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Ver <http://hemerotecadigital.bn.br/voz-operaria/154512> Acesso em 09/12/2013.

<sup>2</sup> MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 55.

com o aprofundamento da análise sobre os seguintes pontos: as linhas políticas defendidas na imprensa; os grupos e militantes integrados no debate; as críticas ao culto da personalidade; as discussões sobre a democratização interna do partido; e os grupos produtores – diretores e colaboradores – do jornal **Voz Operária**.

Para examinar as problemáticas levantadas, a monografia foi estruturada em três capítulos. O primeiro tratará da atuação do PCB na experiência democrática (1945-1964), buscando explorar as seguintes questões: a inserção do PCB no cenário político-institucional da redemocratização, a partir do desenvolvimento da política de união nacional na luta contra o fascismo, traduzido no apoio ao governo Getúlio Vargas e na defesa da Constituição e da ordem democrática em 1945; as vitórias eleitorais; a vida partidária na ilegalidade; a atuação do PCB no movimento dos trabalhadores; as mutações da linha política do partido; a aproximação do PCB junto a outros setores da sociedade brasileira; o conflito entre a militância e o programa partidário; os abalos sofridos pela divulgação do relatório de Krushev no XX Congresso do PCUS, em 1956; e o engajamento do PCB na luta pelas reformas de base.

A segunda parte abordará, brevemente, a história da imprensa do PCB, que se inicia, em 1922, com a criação do primeiro periódico porta-voz do partido comunista, a revista **Movimento Comunista** até o fechamento do jornal **Voz Operária**, em 1959, e o subsequente lançamento do periódico **Novos Rumos**. Além disso, buscou-se elaborar um quadro das características gerais da fonte histórica consultada para o desenvolvimento da monografia. Nesse ponto, entre outubro de 1956 e abril de 1957, período no qual ocorreu o debate, destacaremos os seguintes aspectos da **Voz Operária**: grupos produtores do jornal; ano de criação e fechamento; periodicidade; preço de vendagem; aspectos gráficos e físicos; temas mais recorrentemente publicados; colunas fixas, seções especiais, iconografia (ilustrações, charges e desenhos), anúncios e publicidade.

Por fim, o terceiro capítulo é dedicado, a partir dos limites e objetivos do trabalho, ao debate entre os comunistas brasileiros sobre as questões lançadas pelo relatório do Nikita Krushev, publicado no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956. As revelações do secretário-geral do partido soviético deixaram os partidos comunistas em estado de choque, alavancando autocríticas e cisões. No caso brasileiro, o debate foi publicamente veiculado nos jornais do PCB, entre outubro de 1956 e abril de 1957. A finalidade da última parte da

monografia é apontar os militantes e grupos políticos envolvidos no debate na imprensa comunista, as diretrizes políticas defendidas na **Voz Operária** e a cisão gestada a partir da discussão.

# 1 – Da União Nacional à Declaração de Março de 1958: o PCB na experiência democrática (1945-1964)

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi a organização partidária que alcançou a maior longevidade na história dos partidos políticos no Brasil, assegurando assim um lugar de destaque entre os partidos nacionais. Fundado em 1922, na esteira da euforia socialista, após a vitoriosa Revolução Bolchevique, na Rússia em 1917, o PCB sobreviveu até 1992, quando foi extinto por ocasião do seu X Congresso, três anos depois da queda do muro de Berlim e um ano após a dissolução União Soviética. Da sua fundação à extinção, o PCB participou dos grandes momentos políticos do século XX, se tornando o mais antigo, impugnado, perseguido, criticado e, talvez, o mais analisado partido político brasileiro.

Nos seus primeiros anos de existência, a atuação política do PCB caracterizou-se, principalmente, pela organização do partido. Até 1929, realizou três congressos partidários e uma conferência nacional partidária; vinculou-se à III Internacional Comunista (IC); fundou o jornal **A Classe Operária**; foi responsável pelo jornal **A Nação**; e editou a revista **Autocrítica**. Apesar de vivido pouco tempo na legalidade e de contar com reduzida militância, o PCB organizou o Bloco Operário e Camponês (BOC), participou das eleições de 1928, elegeu vereadores, e buscou exercer influência no movimento operário e nos sindicatos.<sup>3</sup>

De 1929 a 1943, o PCB propôs outras estratégias de atuação política. Chegou a 1929 com o projeto de comandar politicamente uma terceira onda revolucionária, cujo braço armado seria os tenentes. Em meados de 1929, passou a defender um governo composto por operários e camponeses, soldados e marinheiros. Em 1935, lutou por um governo popular nacional revolucionário, com Luís Carlos Prestes na liderança. Nos anos de 1936 e 1937, sugeriu formar uma frente única contra Getúlio Vargas. De 1938 a 1941, veio à união nacional contra a guerra e o fascismo. E finalmente, de 1942 a 1944, a união nacional em torno de Vargas<sup>4</sup>. Deste último momento até o golpe civil-militar de 1964, o PCB passaria a

---

<sup>3</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2007, p. 333.

<sup>4</sup> Idem, Op. cit., p. 360.

vivenciar uma fase de forte participação política na sociedade brasileira, atingindo amplos setores sociais.

O marco de abertura do período foi o processo de redemocratização da sociedade brasileira no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. Essa conjuntura foi fecunda não só para o PCB, mas também para os partidos comunistas na maioria dos países europeus, como o italiano, o francês e o iugoslavo, onde se tornaram a principal força da esquerda, organizando movimentos de massa. Os partidos comunistas se destacaram pela organização, definição ideológica e busca do apoio popular. Emergiu-se, então, um caminho que, na perspectiva das esquerdas, possibilitaria a coalizão de forças heterogêneas, mas todas comprometidas com as reformas sociais e democráticas.<sup>5</sup>

Nesta conjuntura, o PCB adotou uma linha política moderada de “frente ampla, popular e democrática”, traduzida na tese da “união nacional”<sup>6</sup>, ao apoiar a permanência de Getúlio Vargas até a promulgação de uma nova Constituição. Terminada a guerra, na qual lutou junto às forças aliadas, Vargas, pressionado internamente, elaborou uma estratégia política bem ao seu interesse: propôs a transição para a democracia, mas assegurando-se à frente do processo. Tratou de encaminhar a mudança do regime sem profundas rupturas. Para equilibrar as forças políticas que lhe eram contrárias, Vargas tentou aproximar-se de grupos mais a esquerda, associados aos trabalhadores, como também dos sindicatos e suas lideranças congregados em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).<sup>7</sup>

Elemento de peso nesse momento foi o status de legalidade do PCB, adquirido em setembro de 1945 junto ao Tribunal Superior Eleitoral<sup>8</sup>, que, seguindo a lógica de ação do comunismo internacional de “frente contra o fascismo” e de apoio a Vargas, se engajou na

---

<sup>5</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005, p. 104.

<sup>6</sup> Após a sua quase desintegração na década de 1940, o PCB passou por uma fase de reorganização, apoiada na convicção e na insistência de alguns grupos de militantes comunistas. A formação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e a Conferência da Mantiqueira, em 1943, simbolizaram os primeiros esforços para reviver o partido, embora estivesse na clandestinidade. Proclamado, mesmo ausente, secretário-geral do partido, Prestes apoiou a definição de uma proposta política de união nacional contra o nazi-fascismo, compondo a mais ampla aliança. REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. São Paulo: Editora Unicamp, v. 5, 2002, p. 70.

<sup>7</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit., p. 104 -105.

<sup>8</sup> Ver <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acesso em 1/11/2013.

luta por uma Assembleia Constituinte a ser instalada antes das eleições presidenciais. A partir de então, o Partido Comunista do Brasil assumia o lema que, até então, recusava a autoria: “Constituinte com Getúlio”<sup>9</sup>. O PCB, nesse aspecto, assentado na política de “ordem e tranquilidade”, acreditava que o caminho para a democracia, sem estimular os perigos fascistas, se daria pelo apoio ao ditador, mostrando-se confiável e evitando turbulências. Entretanto, apesar do envolvimento do partido, da perspectiva de Vargas e do apoio popular, não foi possível manter Vargas a frente do processo.<sup>10</sup>

No âmbito do movimento dos trabalhadores, o PCB não se opôs à estrutura sindical corporativa, mas tentou criar uma frente que aglutinasse os sindicatos oficiais cujas direções estavam influenciadas pelo partido. Em 1945, o PCB investiu na articulação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), sendo posto na sua liderança o dirigente comunista João Amazonas. O MUT reivindicou o esmaecimento dos controles exercidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) sobre os sindicatos e a formação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). Tal como a política aplicada em nível nacional, a ação do PCB na organização dos trabalhadores também foi moderada, reforçando a política de “apertar os cintos”, procurando conter as greves e agitações que pudessem afetar negativamente a luta pela “união nacional”, objetivo máximo do partido no pós-guerra. Apesar da moderação, em setembro de 1946, no Congresso Sindical dos Trabalhadores Brasileiros, ocorreu uma divisão entre o grupo ministerialista dos dirigentes sindicais e a facção liderada por João Amazonas, que optou pela criação da Confederação dos Trabalhadores Brasileiros (CTB). Sob influência do partido comunista, a CTB procurou reunir as lideranças sindicais que se opunham ao Ministério do Trabalho.<sup>11</sup>

Outros resultados positivos vieram com as disputas eleitorais. O PCB, nas eleições de 02 de dezembro de 1945, elegeu 14 deputados federais e um senador, obtendo 9% dos votos. Para a presidência da República, o PCB lançou o candidato Yedo Fiúza, que obteve cerca de 10% dos votos contra 55% de Dutra e 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas

---

<sup>9</sup> FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 24.

<sup>10</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit., p. 105.

<sup>11</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 3, v. 10, 2007, p. 489.

eleições estaduais de janeiro de 1947, o PCB foi o quarto partido em número de votos, sendo estes granjeados principalmente nos meios urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Santo André.<sup>12</sup>

Na Assembleia Nacional Constituinte, a bancada comunista, embora pequena, formada por 14 deputados, dos quais nove eram operários, defendeu o direito de greve e a autonomia sindical, a institucionalização e ampliação dos direitos da cidadania. Além disso, os comunistas atuaram na Comissão de Educação e Cultura e apresentaram outras propostas, tais como, um projeto sanitário para o Brasil e padrões de distribuição de renda aos municípios.<sup>13</sup>

A política adotada rendeu frutos para o PCB. A pressão interna para que o país participasse da guerra com os Aliados, na luta contra nazi-fascismo, entusiasmou a muitos, fomentando movimentos sociais e associações em que se articulavam os comunistas. No ano de 1945, a postura antifascista e a união nacional vitalizaram a força política do PCB, passando a gozar de certo prestígio. Contudo, as hostilidades dos setores conservadores em relação aos comunistas não tinha cessado. Fortificado pelo clima pesado da Guerra Fria, o anticomunismo ainda era um obstáculo na interação entre o PCB e a sociedade brasileira.

Internamente, as Forças Armadas e a Igreja eram bastante hostis ao comunismo, apesar da moderação demonstrada pelo partido. Além disso, na medida em que se desmantelavam as relações entre as potências ocidentais e a União Soviética, com o alinhamento do Brasil ao lado dos EUA e do PCB ao lado da URSS, teve início o enrijecimento do Governo brasileiro sobre o PCB e os comunistas. Em abril de 1947, a União da Juventude Comunista (UJC) foi posta na ilegalidade. Em maio do mesmo ano, o Supremo Tribunal Eleitoral também colocou o PCB na ilegalidade. Em janeiro de 1948, os mandatos dos políticos eleitos com registro na legenda comunista foram cassados. O Ministério do Trabalho interveio em sindicatos influenciados por dirigentes comunistas e a CTB foi fechada. Mesmo com os cerceamentos em suas organizações e atividades, o PCB manteve

---

<sup>12</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 490.

<sup>13</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 223.

legalmente a circulação dos seus periódicos, apesar de sujeitos a investidas da polícia e fechamentos temporários.

Diante do endurecimento governamental e considerando o acirramento político e ideológico no âmbito internacional que dividia o mundo em dois lados, o PCB alterou sua estratégia e interpretação sobre os processos e as instituições políticas brasileiras. A linha política anterior foi rechaçada em favor de outra mais combativa, orientada para derrubada do Governo.

A nova diretriz de ação política foi divulgada publicamente em janeiro de 1948, num manifesto assinado por Luís Carlos Prestes. Em maio de 1949, uma reunião do Comitê Central (CC) reafirmou a mudança da linha política. Porém, foi somente em 1950, através do “Manifesto de Agosto”, assinado por Prestes, que a nova política do PCB foi apresentada de forma mais sistemática. O manifesto classificava o governo Dutra como uma “ditadura feudal-burguesa a serviço do imperialismo”, devendo ser substituído por um “Governo democrático popular”. O PCB propunha o confisco e a nacionalização de todos os empreendimentos associados ao imperialismo capitalista, tais como: bancos, empresas comerciais, indústrias, empresas nas áreas de transportes, de energia elétrica, minas etc. Com relação à questão agrária, o “Manifesto de Agosto” defendia a “confiscação das grandes propriedades latifundiárias”, e a entrega das terras aos camponeses.<sup>14</sup>

Assim, a crescente repressão sobre as atividades do partido pelo governo Dutra, a proibição de participar do processo eleitoral e os intentos de diminuir a influência dos comunistas no movimento dos trabalhadores, contribuíram para o enrijecimento da política do PCB. No entanto, do final de 1950, até o IV Congresso do partido, em novembro de 1954, o PCB transitou, paulatinamente, de uma postura combativa para uma estratégia moderada e reformista. Os militantes comunistas, na prática, começaram a rever as orientações políticas radicais, ou melhor, a abandoná-las<sup>15</sup>.

Rechaçada a política de união nacional, o PCB, seguindo a proposta de luta contra o “governo de traição”, defendeu greves “a qualquer custo”, opondo-se ao corporativismo, estimulando a formação de “sindicatos paralelos” e a organização de base nas fábricas. O

---

<sup>14</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 494-495.

<sup>15</sup> CHICOLTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 106 - 107.

PCB também exortava o ataque às demais correntes políticas, e não evitava o confronto aberto com a polícia.<sup>16</sup>

As greves dos ferroviários da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em fevereiro de 1948, e da Santos-Jundiaí, em janeiro de 1949 mostram que os interventores do MTIC foram postos de lado pelas comissões dos trabalhadores, observando-se participação de militantes comunistas, o que salienta um avanço dos grupos mais a esquerda em relação aos dirigentes ministerialistas. Por outro lado, a política do PCB de repudiar os sindicatos oficiais em favor das organizações de base paralelas esbarrou com a resistência de operários e ativistas de base, que passaram a realizar uma dupla militância: ação nos sindicatos paralelos e oficiais. Em muitos casos, os sindicatos paralelos eram utilizados como espaço de legitimação dos grupos insatisfeitos para, em seguida, focalizar a luta de retomada do sindicato. Além disso, a ênfase nas mobilizações a qualquer custo, em confronto aberto com a polícia, levou muitos militantes comunistas a abandonar o partido.<sup>17</sup>

Os conflitos entre ativistas sindicais comunistas ligados ao trabalho nas fábricas, as deliberações do PCB, o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, e a abertura sindical por ele provocada, embora limitada e lenta, fortaleceram a retomada das ações dos comunistas nos sindicatos, que possibilitaram uma aliança extraoficial com os trabalhistas. Se oficialmente a linha do Manifesto de Agosto de 1950 estava em vigor, no campo sindical ela foi substituída na prática, pelo menos desde 1952.<sup>18</sup>

Os avanços da atuação dos comunistas no meio sindical eram cada vez mais perceptíveis, resultando na criação da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai), em junho de 1952. O objetivo da Ciscai era ser contrária à adoção de uma cláusula nos acordos salariais que vinculava o aumento de salário a assiduidade de 100% dos trabalhadores no serviço. Em julho de 1952, a revista **Problemas** lançou a “Resolução do Comitê Nacional do PCB sobre organização e unidade de classe operária”, orientando seus militantes a realizar alianças com outros grupos, indicando o retorno aos sindicatos oficiais. Assim, o PCB vivenciou um momento assinalado pela intervenção nos espaços sindicais.

---

<sup>16</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 60.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit., p. 117-118.

Exemplo expressivo dessa acomodação foi a “greve dos 300 mil”, em São Paulo, no ano de 1953. Essa mobilização iniciou na fábrica de tecidos Matarazzo, no dia de 21 de março, e se estendeu por quase um mês, envolvendo outras categorias de profissionais, tais como vidreiros, metalúrgicos, marceneiros, têxteis e gráficos. Os trabalhadores reivindicavam aumento salarial, estabilidade no emprego e medidas contra carestia.<sup>19</sup>

O partido também se envolveu em causas nacionais e internacionais. Na primeira metade da década de 1950, os militantes comunistas, articulando um programa de defesa do petróleo, uniram-se aos nacionalistas no rechaço às empresas petrolíferas estrangeiras e aos itens de uma proposta de Vargas para o estabelecimento de uma companhia petrolífera de capital misto. Através do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), o PCB tornou-se a força mais atuante contra as supostas pressões estadunidenses sobre o comércio exterior brasileiro, o petróleo e os depósitos de ferro e aço. Em 5 de abril de 1954, o partido criou a Liga de Emancipação Nacional (LEN) que propunha a luta pela nacionalização das empresas de energia elétrica; o fim da exploração do petróleo e o controle dos recursos naturais; a reforma agrária; o incentivo à cultura nacional e à atividade científica; e o fim da dominação norte-americana.<sup>20</sup>

O PCB também divulgou e promoveu a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas<sup>21</sup> na imprensa comunista. A campanha objetivava a coleta de assinaturas em diversos países para serem enviadas a ONU e ao II Congresso Mundial da Paz, manifestando a posição de milhares de pessoas em favor da paz mundial. No Brasil, os militantes, sob a orientação do PCB, deveriam colher quatro milhões de assinaturas. Os comunistas eram também chamados de “combatentes da paz”.

O periódico comunista a **Voz Operária** desenvolveu e veiculou a campanha, incentivando seus leitores e, principalmente, os militantes, a buscarem as assinaturas. As

---

<sup>19</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit., p. 118-119.

<sup>20</sup> CHICOLTE, Ronald. Op. cit., p. 109-110.

<sup>21</sup> A partir de 1947, ano que se iniciou a Guerra Fria, a União Soviética lançou os partidos comunistas de todo o mundo a uma nova “linha geral”. O movimento organizado que obteve maior destaque dentro da nova “linha geral” foi o Movimento pela Paz, também chamado de Luta pela Paz. O movimento começou em 1948, quando se realizaram o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, na Polônia, e o Congresso Nacional dos Combatentes da Paz, na França. Em 1949, realizaram também o I Congresso Mundial da Paz. Em 1950, o comitê do Congresso Mundial dos Partidários da Paz lançou o Apelo de Estocolmo, dando início a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas. RIBEIRO, Jayme. Os “combatentes da Paz” – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 24, julho-dezembro de 2008, p. 262.

mulheres, os trabalhadores e operários eram incitados a participar, a se organizarem em associações, a realizarem palestras, comícios etc. O jornal tinha uma seção chamada “Ação em defesa da Paz” que divulgava os desdobramentos da campanha no Brasil e no mundo. Além disso, os comunistas brasileiros conseguiram conquistar diversas personalidades não filiadas ao partido para a sua campanha. Os jornais comunistas mostravam a adesão de brasileiros que tinham posição de destaque na sociedade, entre eles o arquiteto Oscar Niemeyer e o sociólogo Caio Prado Júnior. No entanto, para a população em geral, as assinaturas dos integrantes da seleção brasileira de futebol da década de 1950 foram as que mais repercutiram.<sup>22</sup>

No campo, o PCB exerceu influência na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), em 1954. De fato, foram articuladas algumas organizações camponesas ainda na década de 1940, com a presença, embora superficial e descontinuada, de comunistas. Contudo, foi apenas a partir de meados dos anos de 1950 que o trabalho de formação das organizações camponesas tornou-se mais efetivo. Assim, a Ultab passou a disputar com as Ligas Camponesas o controle sobre a representação do campesinato.<sup>23</sup>

Na interpretação do PCB, até fins da década de 1950, os sindicatos eram a forma de organização apropriada para os trabalhadores rurais assalariados e semiassalariados, restando aos outros setores do campo as entidades civis, independentes do Estado. Na avaliação dos comunistas, esses setores deveriam lutar pela sua autonomia. Para o PCB, os camponeses buscavam, primordialmente, o acesso à terra e não bons salários ou direitos trabalhistas. E, a luta por terra, os camponeses poderiam fazê-la através das armas, confrontando com os latifundiários e as suas milícias; até mesmo com a polícia. Alguns conflitos chegaram a ocorrer no campo com a presença de militantes do PCB. Um deles aconteceu em Porecatu no Paraná, e o outro em Goiás, que ficou conhecido como Revolução de Formoso e Trombas. Já no final dos anos de 1950, o PCB reavaliou suas interpretações sobre o campo e passou a ressaltar as formas legais de luta. O sindicato foi sendo visto como um objetivo a ser

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, Jayme, op. cit., p. 279.

<sup>23</sup> DEZEMONE, Marcus; GRZYNSZPAN, Mario. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005, p. 223.

alcançado não apenas por assalariados e semiassalariados, mas por todos os trabalhadores rurais.<sup>24</sup>

Em novembro de 1954, o PCB realizou clandestinamente o seu IV Congresso. O novo programa pregava “a derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas”, assentando-se na interpretação de que o Brasil era “um país semicolonial e semifeudal”<sup>25</sup>. Retomando as linhas anteriores, o IV Congresso expressava a força das fileiras sectárias dentro do partido, que engendrou um ambiente de tensão<sup>26</sup> entre os militantes: de um lado, o programa político do IV Congresso reafirmando o radicalismo revolucionário dos manifestos de 1948 e 1950; e de outro, a participação dos comunistas nos movimentos sociais e nacionalistas, em torno de plataformas reformistas.

Em meados de 1956, um novo conflito eclodiu no interior do PCB, que resultou, em 1957, na saída, tanto de uma grande parte de militantes e simpatizantes intelectuais do PCB como na expulsão da antiga direção que representava o grupo stalinista do partido desde 1943. O fator que impulsionou a cisão partidária foi à divulgação do Relatório de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PUCS), em fevereiro de 1956, denunciando os crimes de Stalin e os desvios provocados pelo culto à personalidade. Durante aproximadamente oito meses, a Direção do partido censurou o debate sobre o assunto. Finalmente, um grupo intitulado Sinédrio, que reunia intelectuais e jornalistas que trabalhavam na imprensa comunista, iniciou as discussões sobre o problema do stalinismo, contrariando, desse modo, o Comitê Central do partido.

Os intelectuais e jornalistas que integravam o grupo Sinédrio eram: Antônio Rezende, líder da União da Juventude Comunista (UJC); Armando Lopes da Cunha, membro da Comissão de Agitação e Propaganda do Comitê Central; Aydano do Couto Ferraz, editor da **Voz Operária** e antigo editor de **Tribuna Popular**; Carlos Duarte, antigo editor da

---

<sup>24</sup> DEZEMONE, Marcus; GRYSZPAN, Mario. Op. cit., p. 222.

<sup>25</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit., p. 120.

<sup>26</sup> O agravamento dos conflitos internos no PCB remonta aos anos posteriores à publicação do Manifesto de Agosto. Em 1952, depois de fazer críticas ao CC, José Maria Grispim, ex-deputado federal e membro do Comitê Central, foi afastado sob a acusação de direitismo. Crispim atacou a linha política determinada pelo Manifesto de Agosto, considerando-a sectária. Em seu lugar, propôs uma política de massa, direcionada para os trabalhadores getulistas. Além disso, Grispim criticou o núcleo dirigente do partido, sob a liderança de Diógenes Arruda, Maurício Grabóis, João Amazonas e Carlos Marighella. Junto com Crispim abandonaram o PCB alguns dirigentes dos escalões intermediários de São Paulo, algumas comissões de operários têxteis de Sorocaba e um pequeno grupo de militantes do Rio de Janeiro. RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 497-498.

**Imprensa Popular**; Demóstenes Lobo, líder da UJC; Ernesto Luiz Maia, jornalista; Horácio Macedo, vinculado ao jornal econômico do PCB, **Emancipação**; João Batista de Silva e Lima, editor da **Voz Operária** e da **Imprensa Popular**; Victor M. Konder, editor do periódico **Problemas**; Zacarias Carvalho, editor do semanário **Democracia Popular** e membro da Comissão de Massas do Comitê Central; e Osvaldo Peralva, escritor.<sup>27</sup>

Diante das pressões, o Comitê Central, na reunião de outubro de 1956, demonstrou solidariedade com o PCUS na sua luta contra o culto da personalidade. Também admitiu que: “a revelação dos graves erros cometidos na URSS, em consequência do culto a personalidade de Stalin, despertou-nos para a necessidade de democratizar a vida do nosso partido”<sup>28</sup>. Assim, CC aceitou abrir o debate sobre os problemas do partido, decidindo que seriam publicados os trabalhos dos membros do partido.

Oficializada as discussões, dezenas de cartas e artigos começaram a chegar às redações dos periódicos: a **Voz Operária** e a **Imprensa Popular**. Os mais participativos eram os jornalistas e intelectuais do Sinédrio. Além desses, outros antigos dirigentes, marginalizados no PCB, mandaram suas colaborações, como Leôncio Basbaum e Octavio Brandão. O debate alastrou-se sobre todos os aspectos da política e da organização do partido, desde as consequências do culto à personalidade, denúncias mais pessoais, até críticas ao PC da União Soviética.

O antigo núcleo dirigente, diante dos rumos que seguia o debate, tratou de retomar o controle da imprensa comunista. Luís Carlos Prestes<sup>29</sup> apresentou longa carta ao Comitê Central onde manifestava sua indignação sobre certas manifestações que iam surgindo nas discussões pela imprensa. Prestes entendia que eram inadmissíveis quaisquer ataques à União Soviética, ao Partido Comunista da União Soviética e ao marxismo. Por fim, concluía que não se poderia permitir agressões abertas ao partido, e que era dever do Comitê Central preservar

---

<sup>27</sup> CHICOLTE, Ronald. Op. cit., p. 118.

<sup>28</sup> Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sobre os Ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Culto da Personalidade e suas Consequências, a Atividade e as Tarefas do Partido Comunista Brasil. In: RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 505.

<sup>29</sup> Após a cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947, e dos mandatos dos deputados federais e do senador eleitos pela legenda, em 1948, Luís Carlos Prestes entrou na clandestinidade, desaparecendo da cena pública durante dez anos. No período, poucas pessoas tiveram a oportunidade de vê-lo. Entretanto, sua imagem ainda estava presente no cenário político. Os periódicos do PCB conservaram a prática de falar dele e/ou reproduzir sua fala. Raros foram os momentos em que Prestes não se fez presente nos jornais. MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 105.

os interesses do PCB, tomando as medidas necessárias para que o debate concorresse de fato para consolidar a unidade do partido em torno do próprio Comitê Central.

O debate prosseguiu até o final de abril, quando o Comitê Central resolveu encerrar as discussões, convocar a unidade do partido, declarar inaceitável qualquer crítica aos princípios marxista-leninistas, e proclamar o partido como vanguarda do povo e defensor dos princípios do centralismo democrático e da liderança coletiva<sup>30</sup>. Em abril de 1957, o Comitê Central, numa resolução denominada “Sobre a unidade do Partido”, optou pelo encerramento dos debates no mês de maio.

A resolução do CC marcou uma vitória dos stalinistas ou “conservadores”, contra o grupo que se denominava “renovador”, liderado por Agildo Barata, responsável pela Comissão Central de Finanças do PCB, e a cisão no interior do partido. Em 15 de março de 1957, Agildo divulgou o documento “Pela renovação e o fortalecimento do PCB”, que levou seu um rompimento com a linha política e práticas de organização interna do partido. Agildo e os renovadores defendiam a democratização interna do partido, a independência em relação ao Partido Comunista Soviético e a procura de um “caminho brasileiro para o socialismo”, por meio de uma linha de massas capaz de instituir um “Governo nacionalista, democrático e progressista”.<sup>31</sup>

Em março de 1958, o Comitê Central do PCB aprovou a “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil”, que implicou uma mudança na orientação partidária e na interpretação da situação brasileira. Esta nova orientação se diferenciou radicalmente dos projetos revolucionários dos manifestos de 1948 e 1950, e do programa aprovado no IV Congresso de 1954. Agora, a revolução brasileira seria antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Ela teria condições de promover uma ampla frente única de forças sociais, compreendendo o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e a até mesmo os latifundiários insatisfeitos com o imperialismo norte-americano e os grupos da burguesia vinculados a monopólios imperialistas rivais.

Com estas propostas, os comunistas tiveram condições de se fazer cada vez mais presentes no movimento sindical e nacionalista do final da década de 1950 e de participar da campanha eleitoral de 1960, em torno da chapa nacionalista formada pelo marechal Teixeira

---

<sup>30</sup> CHICOLTE, Ronald. Op. cit., p. 120.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 507-508.

Lott e João Goulart. Em agosto de 1960, o PCB realizou o V Congresso da agremiação, reafirmando as diretrizes políticas formuladas pela “Declaração de marco de 1958”.

Contudo, foi eleito o candidato conservador Jânio Quadros à presidência da República e, devido às eleições separadas para a presidência e a vice-presidência, João Goulart, da coligação PSD/PTB, elegeu-se vice. O PCB interpretou a vitória de Jânio como uma derrota temporária para a esquerda, cabendo às forças progressistas barrarem qualquer retrocesso. A questão da defesa da democracia e de cada direito inscrito na carta constitucional era frisada cada vez mais, reiterando-se que, a partir dela, novos direitos poderiam ser adquiridos pela luta dos trabalhadores. Foi nesses termos, também, que o partido comunista exigiu sua legalidade, indicando a discrepância entre sistema democrático e a permanência de partidos ilegais.<sup>32</sup>

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou e o PCB passou a se dedicar à causa da legalidade constitucional, ou seja, garantir a posse de João Goulart na presidência da República, pois tendências golpistas pesavam sobre o vice-presidente, ameaçando a ordem democrática. Os comunistas brasileiros engajaram-se em comícios, manifestações, passeatas e greves, após os quais comemoraram a vitória da legalidade, ainda que sob a reforma constitucional que estabeleceu o parlamentarismo. Nessa conjuntura, o partido dilatou suas áreas de atuação. No que se refere à sua busca pela legalização, o PCB aprovou em conferência nacional, em setembro de 1961, um novo programa e estatuto que instituiu duas importantes alterações: a primeira diz respeito ao nome do partido que deixou de ser Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro; e a segunda foi à ausência das concepções ditadura do proletariado e marxismo-leninismo. Essas mudanças visavam abrir caminho para a obtenção do seu registro legal no Tribunal Superior Eleitoral. Por outro lado, foi o estopim para que o setor “ortodoxo”, composto de João Amazonas, Maurício Grabóis, Pedro Pomar, entre outros, se distanciasse do PCB e fundasse o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em fevereiro de 1962.<sup>33</sup>

Com o aumento da mobilização dos trabalhadores, o partido comunista radicalizou sua posição, reivindicando um governo totalmente voltado para a implementação das reformas de bases. Em julho de 1962, o PCB participou da campanha por um “ministério

---

<sup>32</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit., p. 126.

<sup>33</sup> Idem. Op. cit., p. 126-127.

nacionalista e democrático”, no qual o movimento sindical comandado por comunistas e trabalhistas manifestou sua independência ao recusar insistentes chamados de Jango contra a deflagração de uma greve geral. O resultado político desse movimento foi à organização de um gabinete que reunia vários setores da sociedade brasileira que eram favoráveis às reformas de base. Na área sindical, o Comando Geral de Greve se tornou, em agosto, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a liderar o movimento operário até março de 1964. O CGT firmou vínculos com o PCB, o PTB e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que não agiu somente no Congresso, mas também atuou com empresários, trabalhadores, estudantes, intelectuais que defendiam a plataforma reformista. Ainda nesse contexto, o partido se articulou com a Frente de Mobilização Popular (FMP), que agregou grupos orientados pelas posições nacionalistas de esquerda, reunindo a União Nacional dos Estudantes (UNE), o CGT e a FPN.<sup>34</sup>

Mesmo com a redução dos espaços para sua atuação política, resultado político do PCB em 1962 parecia muito positivo, o que animava o partido a empurrar o governo de Jango na direção das reformas de bases. Com o golpe civil-militar em abril de 1964, quase sem resistência dos grupos de esquerda, inclusive do PCB, as projeções de reformismo ou de revolução se desmoronaram. Com a tomada do poder pelos militares, que contavam com o apoio dos setores conservadores da sociedade civil, os movimentos sociais e as forças políticas de esquerda foram desarticuladas.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit., p. 127-128.

<sup>35</sup> REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 85-93.

## 2 – O PCB e o jornal Voz Operária

Entre partidos e organizações comunistas, a prática de publicar jornais porta-vozes de suas orientações políticas possui uma tradição. Assim, antes mesmo da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 25 de março de 1922, o Grupo Comunista do Rio de Janeiro<sup>36</sup> já publicava a revista **Movimento Comunista**,<sup>37</sup> que defendia ideias marxistas e travava uma disputa ideológica e política com anarquistas e socialistas. Criada em janeiro de 1922, a revista **Movimento Comunista** transformou-se em órgão oficial do PCB dois meses depois, mas foi extinta em junho do ano seguinte. Entre 1923 e 1924, sem imprensa oficial, o partido comunista passou a influenciar e até mesmo exercer o controle da página sindical do jornal **O Paiz**, um veículo da grande imprensa. Tal aproximação só foi possível a partir de uma aliança com a principal liderança do sindicalismo cooperativista, Sarandy Raposo.<sup>38</sup>

Por iniciativa dos militantes comunistas do PCB, em 1º de maio de 1925 surgiu o periódico **A Classe Operária**, com a tarefa de ajudar a organizar células, núcleos e comissões, tornando-se o novo órgão oficial do partido comunista. Com tiragem de 5 mil exemplares e sendo vendido principalmente nas fábricas, o jornal auxiliou no crescimento do partido<sup>39</sup>. Três meses mais tarde, no seu 12º número, **A Classe Operária** foi fechada pela repressão<sup>40</sup> e somente voltou a circular em 1928, apoiando o Bloco Operário e Camponês. Proibida de circular no ano seguinte, retornou em 1930, mas com edições irregulares até 1945.

---

<sup>36</sup> Em 7 de novembro de 1921, foi formado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro com o objetivo de organizar um partido comunista nacional. O grupo original era constituído de 12 membros, majoritariamente, trabalhadores e comerciantes, com exceção de Astrojildo Pereira. Assim, integravam o grupo comunista: Manuel Abril, João Argolo, Antônio Branco, Antônio de Carvalho, Antônio Cruz Júnior, José Alves Diniz, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, Sebastião Figueiredo, Olgier Lacerda e Luis Pérez. Além disso, a agremiação influenciou a formação de outros grupos comunistas em Recife, Juiz de Fora, Cruzeiro, São Paulo, Santos e Porto Alegre. CHICOLTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 56.

<sup>37</sup> A revista publicou 24 números, com uma tiragem aproximada de 36 mil exemplares, média de 1.500 exemplares por edição. REBELO, Apolinário. **A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003, p. 35.

<sup>38</sup> PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 80.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Em 1927, embora não fosse reconhecido como órgão oficial, o jornal **A Nação** substituiu **A Classe Operária**. **A Nação** divulgou notícias da URSS, do movimento sindical e das greves operárias, e publicou artigos de Lênin. MORAES, Dênis. **O Imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 64.

Com a redemocratização em 1945, **A Classe Operária** voltou a ser publicada de maneira regular. Paralelamente, a partir de maio de 1945, o PCB passou a produzir outro jornal: a **Tribuna Popular**.<sup>41</sup> Não sendo um veículo oficial do partido, embora fosse vinculado a ele, o objetivo da **Tribuna Popular** era atingir o grande público. Mas as ingerências do Comitê Central (CC) eram constantes, causando conflitos entre a direção partidária e os jornalistas, principalmente pela atitude intransigente dos dirigentes. Com o PCB posto na ilegalidade a partir de 1947, os jornais do partido sofreram perseguições durante o governo Dutra. Dessa forma, a **Tribuna Popular** foi fechada no mesmo ano e **A Classe Operária** em maio de 1949.<sup>42</sup>

Mesmo na ilegalidade, o PCB buscou reabrir os jornais. No caso da **Tribuna Popular**, o partido comunista entendeu que era necessário substituí-lo por um jornal que exercesse a mesma função, ou seja, alcançar um amplo público. Assim, em 1948 surgiu o jornal **Imprensa Popular**. No entanto, com as orientações políticas do Manifesto de Agosto de 1950, a **Imprensa Popular** passou a apresentar uma linha editorial sintonizada com o radicalismo do documento, afastando-se da sua proposta inicial.

O jornal **A Classe Operária** retornou com outro perfil e de modo regular em 1951: abordava matérias mais voltadas para a teoria marxista e notícias sobre o avanço do comunismo no mundo. No ano seguinte, foi fechado pelo próprio partido após discussões sobre a eficácia do periódico. Com o encerramento das atividades de **A Classe Operária**, o já existente jornal **Voz Operária** passou a ser o órgão oficial do PCB.<sup>43</sup>

Fundado em fevereiro de 1949 no Rio de Janeiro, sob a direção Waldyr Duarte, a **Voz Operária** tornou-se o porta-voz do PCB. Através do jornal, o partido divulgou as suas principais teses para discussão da militância, notícias do país, do movimento internacional comunista e das mobilizações operárias. Mesmo com a circulação de **A Classe Operária**, entre 1951 e 1952, a **Voz Operária** não perdeu suas atribuições e continuou a ser impressa

---

<sup>41</sup> No processo de redemocratização, a imprensa comunista tornou-se um fator decisivo para o crescimento do PCB no cenário nacional. Com a presença de intelectuais reconhecidos como filiados ou simpatizantes do partido e exemplares se esgotando nas bancas, o partido chegou a coordenar vários periódicos: além de **A Classe Operária**, veicularam **Tribuna Popular**, no Rio de Janeiro; **Hoje**, em São Paulo; **O Momento**, na Bahia; **Folha do Povo**, em Pernambuco; **O Democrata**, no Ceará; **Tribuna Gaúcha**, no Rio Grande do Sul. MORAES, Dênis. Op. cit., p. 65.

<sup>42</sup> FERREIRA, Jorge. **Os comunistas e os Novos Rumos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011, p. 1.

<sup>43</sup> Idem. Op. cit., p. 1 – 2.

regularmente. Após o fechamento do jornal **A Classe Operária**, a **Voz Operária** sofreu importantes modificações. Na verdade, a cúpula comunista constatou a necessidade de dar ao jornal uma linha mais aberta e popular.<sup>44</sup>

As mudanças na linha da **Voz Operária**, a partir de 1952, foram para atrair um público amplo: recursos de fotografias, desenhos e caricaturas foram utilizados; notícias de interesse nacional, e não somente partidário, foram introduzidas em suas páginas; críticas e informações sobre livros publicados. Não demorou, porém, para emergir as primeiras tensões entre os jornalistas e a direção do PCB. Os jornalistas foram acusados pelo Comitê Central do PCB de terem adotado uma linha reformista. O estado de tensão chegou ao seu ápice com a divulgação do Relatório de Krushev, em fevereiro de 1956. Ignorando o núcleo partidário dirigente, os jornalistas abriram a páginas dos periódicos **Voz Operária** e **Imprensa Popular** para discutir as denúncias contidas no relatório. O Comitê Central considerou inaceitável a atitude tomada pelo grupo renovador que dirigia os jornais. Assim, as redações dos jornais foram invadidas e os jornalistas expulsos. Com o episódio, Osvaldo Peralva, Agildo Barata e Aydano do Couto Ferraz e outros membros do grupo renovador deixaram o partido em maio de 1957.<sup>45</sup>

A partir desse momento, sem os principais nomes do seu jornalismo e com problemas de financiamento, o jornal **Voz Operária** entrou em crise, enfrentando dificuldades para se reestruturar. Continuou, entretanto, a circular como órgão oficial do PCB, sob a direção de Mário Alves. Em 1959, dentro de um processo de reformulação de sua linha editorial, o PCB decidiu fechar a **Voz Operária** e fundar um novo jornal, que recebeu o nome de **Novos Rumos**. Entre 1964 e 1975, a **Voz Operária** voltou a ser publicado na clandestinidade, sendo editado no exterior até agosto de 1979. Além disso, teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980.<sup>46</sup>

Nos anos de 1956 e 1957, o diretor do jornal **Voz Operária** foi Aydano do Couto Ferraz. A redação do jornal ficava na Avenida Rio Branco, 275, 17º andar, no Rio de Janeiro. A rede de distribuição era ampla, pois o jornal tinha sucursais em São Paulo, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e João pessoa. O preço do jornal avulso variava entre Cr\$ 1,50 e

---

<sup>44</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Voz Operária*. In: ABREU, A. A. et alli. (coords) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001, p. 6104.

<sup>45</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>46</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*, 2001, p. 6104-6105.

Cr\$2,00, enquanto as edições anteriores custavam Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00. Além disso, o jornal oferecia assinatura anual, semestral, trimestral. A anual custava Cr\$ 100,00, a semestral entre Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00 e a trimestral entre Cr\$ 25,00 e Cr\$ 30,00.

A **Voz Operária** era publicada semanalmente e tinha em média 12 páginas. Na capa (figura 1), o nome do jornal encontrava-se, geralmente, no canto superior esquerdo, com letras grandes, sob uma faixa preta. Embaixo do título ficavam a número do jornal, a região correspondente e a data de publicação. Na parte superior lia-se, em destaque, a chamada da principal notícia. Em algumas edições, um pequeno sumário, chamado “Neste Número”, indicava os títulos das matérias que compunham a edição. Mas, comumente, eles viam distribuídos de forma aleatória na primeira página. As principais notícias veiculadas no periódico podem ser separadas em três blocos: movimento comunista no mundo; política nacional; mobilização dos trabalhadores.



FIG. 1 **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n° 389, 27 de outubro de 1956, p. 5. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Todas as edições traziam notícias sobre as mobilizações dos trabalhadores e a política nacional. A **Voz Operária** apoiava o programa de luta dos metalúrgicos, bancários, marítimos, servidores públicos, camponeses e operários, enquanto o governo recebia ataques constantes. Assim, o semanário destacou a realização do IV Congresso dos Bancários e a “Criação da Confederação Nacional dos Bancários”<sup>47</sup>; a luta dos marceneiros, gráficos e sapateiros pelo reajuste salarial<sup>48</sup>; a necessidade de adoção de medidas de prevenção de

<sup>47</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n° 391, 10 de novembro 1956, p. 9.

<sup>48</sup> Idem.

acidentes de trabalho<sup>49</sup>; a conquista do Abono Natal<sup>50</sup>; a repercussão da tentativa de golpe em 1955 na vida política brasileira<sup>51</sup>; a organização da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais<sup>52</sup>; o apoio à greve dos marítimos e dos portuários de Manaus<sup>53</sup>; e o avanço do movimento nacionalista<sup>54</sup>. O governo do Juscelino Kubitschek era acusado de entreguista e antipopular.<sup>55</sup>

O jornal não tinha seção dedicada às áreas artística e cultural, mas podemos encontrar charges, desenhos, fotografias e indicação de livros. Na seção “Uma discussão que reflita os problemas atuais”, a **Voz Operária**, de 27 de outubro de 1956, publicou a charge (figura 2): “Não adianta correr...”, em que aparece um pavão com um terno e uma mala entre as asas, correndo de uma tesoura gravada com o nome “CRÍTICA”, que tentava corta as penas do rabo do pavão<sup>56</sup>. A charge fazia uma alusão à necessidade de discutir as teses aprovadas no XX Congresso do PCUS, e não adiá-las mais. Outras charges foram divulgadas na mesma seção, tratando o mesmo tema.<sup>57</sup>



FIG. 2 **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 389, 27 de outubro de 1956, p. 5. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>49</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 395, 08 de dezembro de 1956, p. 2.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 398, 29 de dezembro de 1956, p. 3.

<sup>52</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 408, 30 de março de 1957, p. 10.

<sup>53</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 410, 13 de abril de 1957, p. 10.

<sup>54</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 420, 22 de junho de 1957, p. 6.

<sup>55</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 414, 11 de maio de 1957, p. 3.

<sup>56</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 389, 27 de outubro de 1956, p. 5.

<sup>57</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 390, 03 de novembro de 1956, p. 6.

No jornal a **Voz Operária** era frequente encontrar anúncios de livros, principalmente, da Editora Vitória. Em uma lista de 11 obras, publicada em 15 de dezembro de 1956, Lênin era o autor com maior número de livros para vender. De fato, os livros de autores soviéticos eram os mais comuns: **Questões Fundamentais**, de G. Plekhanov; **A concepção materialista da história**, de G. Plekhanov; **Curso de filosofia**, de Politzer; **Materialismo Dialético, 18 Brumário de Luis Bonaparte** e **A luta de classes na França**, de K. Marx; **Obras escolhidas 1º, 2º e 3º vols., O socialismo e a emancipação da mulher**, e **Programa Agrário**, todas de Lênin; **Teoria Marxista do Conhecimento**, de M. Rosenthal; **Longe de Moscou**, de V. Ajaev. O preço dos livros variava entre Cr\$ 20,00 e Cr\$ 115,00<sup>58</sup>. Os clássicos do Marxismo<sup>59</sup> também eram destaque, reunindo as obras escolhidas de K. Marx e F. Engels em 3 volumes.

A Livraria Independência vendia no jornal, por exemplo, algumas publicações em inglês, espanhol e francês<sup>60</sup>: **La Santie Famille Existentialiste**, de Henri Mougín; **Les Questions Fondamentales Du Marxisme**, de G. Plekhanov; **Etude Philosophiques**, de K. Marx e F. Engels; **El Origen de la Familia la propiedad privada y el Estado**, de F. Engels; **El Estado y la Revolución**, de V. Lênin; **Ludwing Feuerbach y el fin de la Filosofia Classica Alemana**, de F. Engels; **Les Monopoles Contre la Nation**, de Henri Claude; **From Opium War to Liberation**, de Israel Epstein; **La Democratie Nouvelle**, de Mao Tse-Tung. Além disso, completando a agenda cultural, a **Voz Operária** também anunciava o horário de transmissão dos programas diários para o Brasil da Rádio Central de Moscou.<sup>61</sup>

As fotografias e os desenhos, tanto na capa como em todo o corpo do jornal, eram em preto e branco. O jornal utilizou muito esses recursos gráficos para representar os trabalhadores. Com tons escuros e traços grossos e rústicos, os desenhos tinham entre os seus principais personagens os camponeses nas suas atividades tradicionais, como, por exemplo, limpar o café colhido em grandes peneiras<sup>62</sup> e arar a terra para o plantio<sup>63</sup>, ou na luta pela

---

<sup>58</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 396, 15 de dezembro de 1956, p. 7.

<sup>59</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 403, 09 de fevereiro de 1957, p. 11.

<sup>60</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 408, 30 de março de 1957, p. 11.

<sup>61</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 415, 18 de maio de 1957, p. 7.

<sup>62</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 391, 10 de novembro 1956, p. 11.

<sup>63</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 393, 24 de novembro 1956, p. 8.

reforma agrária<sup>64</sup>. Na última edição do ano de 1956, a **Voz Operária** trazia, na sua primeira página (figura 3), um desenho em que camponeses, com punhos erguidos e instrumentos de trabalho na mão, olhavam para o horizonte onde brilhava um lindo sol. Em cima do título do jornal dizia “Por um 1957 de União dos Brasileiros pela paz, Independência e a Democracia”.<sup>65</sup>



FIG. 3 **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 398, 29 de dezembro de 1956, p. 1. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

As fotografias retratavam, geralmente, a vida no mundo socialista, com destaque para os aspectos da vida soviética: crianças russas bordando na escola de arte de Poltava<sup>66</sup>; a Praça Vermelha tomada por uma multidão com fotos de Marx e Lênin nas comemorações do aniversário da Revolução Russa<sup>67</sup>; os operários da indústria automobilística participando das eleições na União Soviética<sup>68</sup>; grupos folclóricos da URSS<sup>69</sup>; as universidades de Moscou<sup>70</sup>; os bailados populares das diversas regiões da União Soviética<sup>71</sup>. O noticiário celebrava,

<sup>64</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 408, 30 de março de 1957, p. 10.

<sup>65</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 398, 29 de dezembro de 1956, p. 1.

<sup>66</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 399, 5 de janeiro de 1957, p.11.

<sup>67</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 392, 17 de novembro 1956, p. 1.

<sup>68</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 413, 04 de maio de 1957, p. 15.

<sup>69</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 414, 11 de maio de 1957, p. 12.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 422, 06 de julho de 1957, p. 2.

sobretudo, a sociedade soviética, apresentada como modelo. Datas históricas, acontecimentos relevantes, dados econômicos, eventos culturais, tudo contribuía para fortalecer uma imagem perfeita de um mundo pelo qual valia a pena lutar. A União Soviética era duplamente exemplar: modelo de revolução e modelo de sociedade.<sup>72</sup>

Muito dos colaboradores que escreveram na **Voz Operária** eram nomes conhecidos entre os comunistas brasileiros. Entre eles estavam Luiz Carlos Prestes, Osvaldo Peralva, Agildo Barata, Carlos Marighella, João Amazonas, Pedro Pomar, Rui Facó, Maurício Grabois e Jacob Gorender. Além disso, o jornal publicava as principais teses do socialismo para discussão da militância: “Informe do Gomulka no 8º Plenum do C. C do Partido Operário Polonês”<sup>73</sup>; “Conclusões do CC do PCF sobre os acontecimentos na Polônia e na Hungria”<sup>74</sup>; “A Coesão Leninista do Partido”<sup>75</sup>; “O que é centralismo democrático”<sup>76</sup>; “Para um caminho Italiano do socialismo”<sup>77</sup>; “Nota do Presidium do C.C. do P.C.B.”<sup>78</sup>; “A situação do Movimento Comunista”<sup>79</sup>; “Ensinos do VII Congresso do Partido Comunista Chinês”<sup>80</sup>.

Embora não contasse com muitas colunas fixas, podemos destacar duas, sendo essas “Voz dos Leitores” e “Crônica Internacional”. A primeira era dedicada aos trabalhadores. As greves e as denúncias sobre as condições do trabalho estavam entre os temas mais divulgados: “Greve Vitoriosa dos Têxteis Campistas”<sup>81</sup>; “Miséria no sertão paraibano”<sup>82</sup>; “Enganados os Garimpeiros pela Companhia Produco”<sup>83</sup>; “Exploração no matadouro de Campo Grande”<sup>84</sup>;

---

<sup>72</sup> REIS, Daniel Aarão. **A revolução que faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 79.

<sup>73</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 391, 10 de novembro 1956, p. 4-5.

<sup>74</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 392, 17 de novembro 1956, p. 11.

<sup>75</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 393, 24 de novembro 1956, p. 10.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 396, 15 de dezembro de 1956, p. 11.

<sup>78</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 399, 5 de janeiro de 1957, p. 12.

<sup>79</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 403, 09 de fevereiro de 1957, p. 4.

<sup>80</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 417, 01 de junho de 1957, p. 6.

<sup>81</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 389, 27 de outubro de 1956, p. 8.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 390, 03 de novembro de 1956, p. 6.

<sup>84</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 396, 15 de dezembro de 1956, p. 8.

“Vitoriosos os gráficos de Belém depois de uma greve de 73 dias”<sup>85</sup>; “As Usinas de Açúcar não pagam o salário mínimo”<sup>86</sup>.

A segunda coluna divulgava as notícias internacionais, denunciava a opressão política em países ocidentais e exaltava o avanço do socialismo em outras regiões. Nesse sentido, a **Voz Operária** publicou notícias sobre “A agressão Anglo-Francesa no Egito”<sup>87</sup>; “As ameaças imperialista à Síria”<sup>88</sup>; “Vitória democrática do socialismo na Polônia”<sup>89</sup>; “A Declaração conjunta Sino-Soviética”<sup>90</sup>; “As negociações sobre o desarmamento e as violações do armistício na Coréia”<sup>91</sup>.

Entre os anos de 1956 a 1957, a **Voz Operária** estava sob a égide da resolução do IV Congresso do PCB em 1954, que reafirmou a linha política do Manifesto de Agosto de 1950<sup>92</sup>. Porém, a partir de 1954, o PCB passou por uma fase de reorganização teórica e prática<sup>93</sup>. Mas, a renovação só se consumaria anos mais tarde com a publicação da Declaração de Março de 1958 e a consolidação de suas diretrizes no V Congresso do partido em 1960. Entretanto, entre 1956-1957, sob a vigência da Resolução de 1954, a **Voz Operária** já não expressava plenamente as orientações do IV Congresso, revelando o processo de transformação que o partido vivia.

---

<sup>85</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 402, 02 de fevereiro de 1957, p. 10.

<sup>86</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 407, 02 de março de 1957, p. 14.

<sup>87</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 391, 10 de novembro 1956, p. 11.

<sup>88</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 395, 08 de dezembro de 1956, p. 2.

<sup>89</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 401, 26 de janeiro de 1957, p. 2.

<sup>90</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 402, 02 de fevereiro de 1957, p. 2.

<sup>91</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 421, 29 de junho de 1957, p. 2.

<sup>92</sup> Com o “Manifesto de Agosto de 1950”, o PCB acentuou a posição radicalizada do Manifesto de Janeiro de 1948. O documento avaliava a situação política do país como uma “ditadura feudal-burguesa, serviçal do imperialismo”, marcado por um “governo de traição nacional”, que por meio do “terror fascista”, procurava alimentar um “clima de guerra civil”. Para reverter esta paisagem, o caminho seria a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional, que substituiria o atual governo por um “governo democrático e popular”, sob a direção do proletariado, colocando em marcha uma “revolução agrária e anti-imperialista”. SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 225.

<sup>93</sup> Entre os anos de 1954 e 1958, o PCB vivenciou uma série de experiências que culminaram em uma mudança teórica, política e organizativa, iniciando um processo de renovação e formulação daquela que ficou conhecida como uma “nova política”. Foram quatro experiências relevantes nesse momento de reorientação: o suicídio de Vargas em 1954 e as tentativas de golpe em novembro de 1955; o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek; os impactos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em fevereiro de 1956; e os conflitos internos acumulados durante anos anteriores. SEGATTO, José Antonio. Op. Cit., p. 228.

No jornal não encontramos o tom combativo que tinha caracterizado o documento da década de 1950. Dessa forma, a convocação das forças sociais para derrubar o governo através da formação de exército popular e a interpretação da realidade social brasileira como “atrasada, semifeudal e semicolonial” não estavam em suas páginas. Em janeiro de 1957, a **Voz Operária** estampava a notícia “O Brasil desenvolve-se e industrializa-se”, na qual comentava:

[...] já não se pode dizer do Brasil que seja um país essencialmente agrícola, mero exportador de matéria-prima e produtos de sobremesa e comprador de manufaturas que consome. A verdade é que, nas últimas décadas, e particularmente a partir da década de 1950, vem se transformando com relativa rapidez o quadro geral da economia brasileira, no sentido de criação de uma base industrial. Embora em vários aspectos ainda perdurem, em nossa economia, os traços de uma economia semicolonial, a realidade é que estes traços em lugar de acentuarem, estão se tornando mesmos marcantes em consequência da expansão da indústria nacional.<sup>94</sup>

Assim, a **Voz Operária**, como “órgão do proletariado e do povo”<sup>95</sup>, buscou ressaltar as mobilizações dos trabalhadores; exaltar as vitórias do socialismo no mundo; atacar o governo nacional e as principais potências ocidentais; e divulgar as teses para os debates entre a militância. Mas também começou a pintar o novo cenário para a atuação do PCB: a formação de uma frente ampla que aglutinasse os setores progressistas da sociedade brasileira, a defesa das reformas de base, dos programas nacionalistas e do caminho pacífico da revolução socialista.

---

<sup>94</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 400, 19 de janeiro 1957, p. 5.

<sup>95</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº 392, 17 de novembro 1956, p. 7.

### 3 – Debates e cisões: o PCB e o XX Congresso do PCUS

No ano de 1956 uma notícia abalou os comunistas de todo o mundo: Nikita Krushev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), divulgou, em fevereiro do mesmo ano, no XX Congresso do partido, um relatório denunciando os crimes de Stalin, os efeitos nocivos do culto à personalidade e as práticas autoritárias dentro e fora do partido. O informe estremeceu o Movimento Comunista Internacional, causando traumas e autocríticas nos partidos comunistas. E no Brasil não foi diferente. Ocorreram choques e fraturas, instalando-se uma crise interna no PCB sem precedentes.<sup>96</sup>

Perplexos, os comunistas brasileiros não acreditaram nas notícias vindas do leste europeu que circulavam na imprensa nacional, chegando até mesmo a dizer que se tratava de uma intriga anticomunista. Diógenes de Arruda Câmara, representante brasileiro no XX Congresso do PCUS, ainda não tinha retornado ao Brasil, fato que aumentava os anseios e incertezas sobre a veracidade das denúncias<sup>97</sup>. Confirmado a autenticidade do relatório, as reações entre a militância e o PCB foram divergentes: enquanto o partido continha os ânimos, retardando o debate, a militância exigia o início das discussões através da imprensa.

Inicialmente, o Comitê Central mostrou-se desinteressado em debater as questões abertas por Moscou, mantendo-se oficialmente em silêncio. Somente em agosto de 1956 ocorreu a primeira reunião do Comitê Central para analisar os temas do XX Congresso do PCUS, ampliada com a presença de intelectuais. Fortes críticas foram feitas à linha política do partido e aos principais dirigentes, como Luis Carlos Prestes, Carlos Marighella, João Amazonas e Diógenes de Arruda Câmara. Os militantes reclamavam, com urgência, uma profunda autocrítica e a caracterização da influência do stalinismo no PCB. Entretanto, a discussão que envolvia todo o partido permaneceu proibida.<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 3, p. 230.

<sup>97</sup> SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, v. 2, p. 122.

<sup>98</sup> VINHAS, Moisés. **O partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 178-179.

Em outubro de 1956, insatisfeitos com a paralisia dos dirigentes, intelectuais do PCB tentaram abrir o debate sem o consenso do Comitê Central<sup>99</sup>, por meio da publicação do artigo “Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”, de João Batista de Lima e Silva, redator do jornal **Voz Operária**<sup>100</sup>. O artigo era uma resposta à carta do jornalista Maurício Pinto Ferreira, direcionada ao diretor da **Voz Operária**, Aydano de Couto Ferraz<sup>101</sup>. Na carta, o jornalista dizia:

[...] os acontecimentos ligados ao XX Congresso do P.C.U.S. repercutiram em todo o movimento democrático e socialista mundial e também aqui no Brasil preocupam a todos nós, que participamos das lutas de nosso povo pela democracia e pelo socialismo. Apesar da importância que assume a questão do culto a personalidade e da reavaliação dos nossos pontos de vista sobre a realidade nacional, a verdade é que são decorridos mais de sete meses desde o encerramento do XX Congresso, e não encontramos em nossos órgãos de imprensa democrática e progressista o mais franco e público debate de tais problemas. De fato, estão em jogo, em minha opinião, ideias programáticas, e o mesmo conceito sobre formas de organização até então consagradas. Não é possível fazer avançar o movimento sem que esses problemas sejam tratados amplamente, não apenas pelos comunistas, como, sobretudo, pelas próprias massas. Estou certo de que a abertura da mais livre discussão pública, no Brasil, das questões fundamentais da nossa política, só poderá ser vantajosa para o futuro do movimento comunista que, em nosso país, necessita colocar-se à altura das suas tarefas presentes.<sup>102</sup>

Respondendo às indagações do jornalista, João Batista explicou:

[...] o mesmo questionamento está sendo feito em toda parte e cada dia com maior insistência. Creio, por isto, chegado o momento de prestarmos atenção máxima a este assunto, que não diz respeito, apenas, aos comunistas, mas todas as forças da

---

<sup>99</sup> SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 230.

<sup>100</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 386, 06 de outubro de 1956, p. 3.

<sup>101</sup> Em nota, a redação do jornal declarou que “há tempos vem a VOZ OPERÁRIA divulgando matérias ligadas à discussão que se trava em diversos países sobre o XX Congresso do P.C.U.S e as consequências, para o movimento socialista e de independência nacional; das teses em debate e das denúncias ali feitas. Se temos contudo, publicado apenas matérias procedentes de outros países, não quer isto dizer que haja algum impedimento à discussão em nosso país. O curso natural dos acontecimentos é a discussão. As nossas mãos não havia chegado nenhum instrumento, digamos assim, de abertura desse debate. Fê-lo em carta redação o jornalista Maurício. Considerando a importância do assunto, que sabemos corresponder às indagações de milhares de pessoas, publicamos sua carta juntamente com um artigo do nosso redator João Batista de Lima e Silva. O debate que apenas se inicia exige liberdade, reflexão e franqueza. As opiniões da carta e do presente artigo são de caráter pessoal”. Idem.

<sup>102</sup> Idem.

classe operária e de tendência socialista e democrática. A verdade é que já não pode mais adiar a discussão ampla e pública dessas questões sem graves prejuízos para a nossa política. Hoje sabemos, por uma série de fatos incontestáveis, que já não se pode por em dúvida a autenticidade da versão do chamado informe secreto de Kruschiov. A resolução do Comitê Central sobre o culto a personalidade e suas consequências reconhece taxativamente, todas as grosseiras violações da democracia partidária e da legalidade socialista denunciada por Kruschiov no XX Congresso. Diante de tudo isto, qual patriota e, particularmente, o comunista ou militante operário e socialista não tem problemas fundamentais a discutir? Creio que, principalmente os comunistas, devemos tomar em nossas mãos esse assunto. Nada impede que se inicie desde já, inclusive através da imprensa, a discussão responsável dos problemas que o XX Congresso do P.C.U.S colocou na ordem-do-dia.<sup>103</sup>

Aparentemente, a **Voz Operária** tinha iniciado o debate ao convocar a militância e outros setores da sociedade brasileira a discutir as questões lançadas pelo XX Congresso do PUCS. Entretanto, na edição posterior, a direção do jornal lançou uma pequena nota dizendo que o debate sobre “os problemas suscitados, em nosso país, pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética” estava suspenso, impossibilitando a publicação dos artigos e cartas sobre o tema. Contrastando com a ausência do debate no PCB, a **Voz Operária** divulgou um artigo sobre o “amplo e livre debate no Partido Comunista Italiano”, que destacava o empenho das organizações de base, dos dirigentes do partido e da imprensa nacional e regional na promoção de um “grande debate democrático”, onde “os militantes opinam sobre todos os problemas concernentes à política e a organização dos comunistas italianos, bem como sobre os problemas ideológicos e de princípio”.<sup>104</sup>

Pressionado pela militância, o PCB resolveu abrir oficialmente o debate<sup>105</sup>. Em outubro de 1956, o Comitê Central lançou o documento "Projeto de Resolução do C.C do P.C.B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto a personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil"<sup>106</sup>. Elaborada sobre sete pontos, a resolução reconhecia que o atraso de quase oito

---

<sup>103</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n°. 386, 06 de outubro de 1956, p. 3.

<sup>104</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n°. 387, 13 de outubro de 1956, p. 3-4.

<sup>105</sup> Além da **Voz Operária**, o debate sobre o XX Congresso foi desenvolvido por meio de cartas e artigos impressos na **Imprensa Popular**, que publicava um suplemento semanal de quatro páginas de debate, o “Boletim de Debate”. CHICOLTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 119.

<sup>106</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n°. 388, 20 de outubro de 1956, p. 6-7.

meses para abrir as discussões eram injustificáveis, admitindo ter prejudicado o partido ao deixá-lo em atitude de expectativa, no momento em que se encontrava profundamente chocado com as revelações de Moscou. Assim, o Comitê Central recomendou

[...] o estudo e a discussão das principais questões levantadas no XX Congresso do P.C.U.S. sejam feitos simultaneamente com exame crítico aprofundado das posições e da atividade do partido. A discussão de tais questões concorrerá para despertar no seio do Partido uma atmosfera democrática e criadora inteiramente nova, verdadeiramente crítica e autocrítica, o que facilitará a correção de erros e falhas em nossas posições ideológicas e políticas e levará a uma radical mudança nos métodos de trabalho no Partido e do Partido com as massas.<sup>107</sup>

O documento também admitiu uma série de práticas que afastou os militantes do PCB, como o autoritarismo na vida interna do partido, a política de quadros, o excessivo centralismo, a arrogância e autossuficiência dos dirigentes, o sistema de “mandonismo de cima para baixo” e a rígida disciplina em vez de disciplina voluntária. Na tentativa de solucionar essas práticas, o partido convocou seus militantes a colocar sobre crítica as orientações recebidas pelo programa partidário. Um verdadeiro vendaval democrático deveria tomar o partido por inteiro.<sup>108</sup>

Na relação entre o partido e os grupos sociais, o PCB assumiu alguns erros, buscando ressaltar os pontos nos quais deveria se sustentar a ação dos militantes. O sectarismo deveria ser eliminado, e o comunista precisa compreender a conjuntura que o cerca, para o efetivo andamento da linha partidária. O documento admitiu que os militantes eram intransigentes, pouco propensos a realizar alianças, tendo chegado, a partir de métodos impositivos, ao rompimento com pessoas que não pensavam como eles e com as quais não souberam construir um acordo para a ação comum.<sup>109</sup>

Após a resolução, que simultaneamente abria o debate e fazia uma autocrítica da linha política do PCB, os artigos e cartas sobre o XX Congresso passaram a ser divulgadas. Inicialmente, a **Voz Operária** criou uma seção intitulada “Um debate que reflita os problemas atuais” para o desenvolvimento da discussão, que se estendeu do n.º. 389, de 27 de outubro de

---

<sup>107</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n.º. 388, 20 de outubro de 1956, p. 6-7.

<sup>108</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 91-92.

<sup>109</sup> Idem, Op. cit., p. 92.

1956, ao nº. 395, de 8 de dezembro de 1956, totalizando sete edições. A partir do nº. 396, de 15 de outubro de 1956, a **Voz Operária** lançou outra seção dedicada ao debate, “Boletim de Debates”<sup>110</sup>, que permaneceu aberta até o nº. 416, de 25 de maio de 1957. No geral, cada seção tinha de uma a cinco páginas, e de dois a seis artigos publicados.

O debate reuniu um grande número de intelectuais, dirigentes regionais e nacionais, jornalistas e militantes da base, entre os quais Rui Facó, Luís Borges, Carlos Rogério Garcia, José Novarro, Marcos Silveira, Caio Gabriel, Quintino de Carvalho, Adamastor Fernandes, Carlos M. Eduardo, Oswaldo Lessa, Raimundo Schaun, Carlos Marighella, Fernando Lara, Oswaldo Peralva, João Amazonas, Armando Lopes da Cunha, João Batista de Lima e Silva, Camilo Souza, Agildo Barata, Pedro Pomar, Ernesto Luiz Maia, Ricardo Bauer, Miguel Alves, Júlio Teixeira, Carlos Danieli, Joaquim Maia, Luis Teles, Diógenes Arruda Câmara, Jacob Gorender, Fanny Tabak, Ivan Cunha, Simão Gorender, Calil Chade, Severino de Oliveira, Horácio Macedo, Andre Franco, Bento da Gama Batista, Apolônio de Carvalho, Aydano de Couto Ferraz, Cale de Oliveira Coutinho, Andre Azevedo, Paulo de Luca, Omar Silva, Ivo Teixeira, Raul Azedo, Nestor Vera e Luís Carlos Prestes.

Enquanto o debate se espalhava entre os comunistas, três tendências iam se definindo: os “fechadistas” ou “conservadores” que assumiram uma posição contrária à abertura das discussões, entendendo como problemáticas as transformações em curso; os “abridistas” ou “renovadores” que defendiam uma abertura maior do debate; e o “centro” ou “grupo baiano” que se situava entre os outros dois grupos, mas apoiava os “fechadistas”<sup>111</sup>. Entre os “conservadores” estavam presentes os principais dirigentes do PCB, como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Marighella, Diógenes Arruda Câmara e Jover Telles. Já os “renovadores”, liderado por Agildo Barata, eram formado por intelectuais e jornalistas do grupo Sinédrio, que também contavam com o apoio da Comissão Central de Finanças, do Comitê Regional da Bahia, do Comitê Regional do Sul da Bahia, dos líderes da União da Juventude Comunista (UJC), da Comissão Sindical do partido e a Comissão de Agitação e Propaganda. E, por fim, o “grupo baiano” que tinha Mário Alves, Giocondo Dias e Jacob Gorender como principais integrantes.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> A partir do nº. 409, de 6 de abril de 1957, a **Voz Operária** utilizou o título “Boletim do Debate”.

<sup>111</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Op. cit., p. 92.

<sup>112</sup> CHICOLTE, Ronald. Op. cit., p. 118-119.

Após a abertura oficial, a **Voz Operária** começou a divulgar os primeiros artigos do debate.<sup>113</sup> As questões levantadas no decorrer da discussão abarcaram certos temas, entre os quais, a ausência de democracia dentro do partido, os efeitos perversos do culto à personalidade, a subjetividade da linha partidária, o afastamento do partido em relação aos diversos grupos sociais, o distanciamento do programa partidário da realidade brasileira e o excessivo centralismo dentro do partido. De fato, o debate funcionou como uma autocrítica, porém aberta e pública, desenvolvido através da imprensa.

Armando Lopes da Cunha, em artigo intitulado “O programa e os caminhos de desenvolvimento do Brasil”<sup>114</sup>, afirmava que as teses do XX Congresso do PUCS sobre a possibilidade de transição pacífica do capitalismo ao socialismo certamente ofereciam conteúdo para a apreciação dos comunistas. Reconheceu que o programa partidário estava embebido da “concepção de que somente através da luta armada será possível modificar o regime econômico-social atualmente dominante”. Na base dessa concepção, argumentou Lopes da Cunha, encontrava-se outra formulada dentro da linha política do partido, que pregava a derrubada do governo – considerado expressão máxima do regime de latifundiários e de imperialistas norte-americanos – para que o país alcançasse sua emancipação econômica. Para Lopes da Cunha,

[...] não se pode deixar de reconhecer que a existência do latifúndio e da dominação imperialista sobre alguns importantes setores da nossa economia e de nossa vida política e social constitui o principal obstáculo ao livre desenvolvimento das forças produtivas no país. No entanto, parece-me que, em nosso programa, esta verdade parcial tem suas proporções exageradas, não se levando em conta outros fatores da realidade objetiva. Esta concepção, unida à incorreta avaliação das forças sociais em presença no mundo, e à focalização também errônea do problema do perigo da guerra levou-nos a conclusão de que o país não progride e de que está transformando-se rapidamente em colônia. Aí temos, a meu ver, um exemplo típico do subjetivismo em que nos encerramos. Em lugar de estudar atentamente os processos objetivos da vida real em nosso país, partimos de determinadas teses

---

<sup>113</sup> A **Voz Operária** divulgou uma nota dizendo que “desde nossa edição anterior reabrimos, em nossas colunas, o debate sobre os temas decorrentes do XX Congresso do P.C.U.S. e de suas consequências para o movimento socialista e operário de todos os países. Os artigos e opiniões publicados na seção dedicada ao debate são de responsabilidade pessoal dos seus autores. Pedimos aos nossos leitores e amigos que enviem suas colaborações diretamente à nossa redação, à Avenida Rio Branco nº. 257, sala 1.702, Rio, D.F. A transcrição de colaborações publicadas em outros jornais fica ao exclusivo critério da redação da VOZ OPERÁRIA”. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 390, 3 de novembro de 1956, p. 6.

<sup>114</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 389, 27 de outubro de 1956, p. 5.

teórica e procuramos encaixar num esquema pré-estabelecido à realidade brasileira e os caminhos do seu desenvolvimento.<sup>115</sup>

Claramente, Armando Lopes da Cunha fez duras críticas às orientações políticas do Manifesto de Agosto de 1950, que foi reafirmado no IV Congresso do PCB, em 1954. O documento de 1950 avaliava a situação política do país como uma “ditadura feudal-burguesa, serviçal do imperialismo”, marcado por um “governo de traição nacional”, que através do “terror fascista”, procurava fomentar um “clima de guerra civil”. Para alterar este cenário, o caminho seria a organização de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional, que derrubaria o atual governo, substituindo-o por um “governo democrático e popular”, sob o comando do proletariado, colocando em marcha uma “revolução agrária e anti-imperialista”<sup>116</sup>. Entretanto, Adalberto Pereira, em artigo intitulado “Reconhecer nossos erros, para evitar repeti-los”<sup>117</sup>, considerou que o IV Congresso tinha elaborado um programa que, embora distante da realidade brasileira, era “um guia onde várias tarefas vinham dar um caráter mais disciplinado e unitário ao partido”. As críticas às resoluções do IV Congresso eram intriga dos “lamurientos e chorões”, que ameaçavam romper “a unidade em nossas fileiras e liquidar a vanguarda da classe operária, o P.C.B.”.

O culto da personalidade foi uma das questões mais debatidas. No artigo “Reconhecer nossos erros, para evitar repeti-los”, Adalberto Pereira alegou que o culto à personalidade levou os comunistas a eliminar a capacidade de pensar e de examinar como aplicar na “realidade brasileira a doutrina marxista”. Além disso, segundo Pereira,

[...] a direção coletiva foi suprimida. As opiniões de base não foram levadas na devida conta. As massas não faziam a história, mas sim os indivíduos. Houve expulsões injustas e prevaleceram as opiniões subjetivas. É claro que o C.C é, em primeiro lugar, o mais responsável. Mas quem não imitou o C.C em maior ou menor escala? Trata-se de corrigir os falsos métodos de trabalho e de direção. Trata-se de ouvir mais aqueles que estão juntos das massas, das empresas. Trata-se de aplicar a direção coletiva em nosso partido e a democracia interna, tanto na base como nas organizações de massa. Devemos reconhecer com franqueza os nossos erros para

---

<sup>115</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 389, 27 de outubro de 1956, p. 5.

<sup>116</sup> SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 225.

<sup>117</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 397, 22 de dezembro de 1956, p. 13.

procurar evitar repeti-los, impedindo que tenhamos maiores êxitos. O culto à personalidade é contrário ao marxismo-leninismo.<sup>118</sup>

Para Carlos M. Duarte, o culto à personalidade se identificava com “as tendências sectárias, ultrarrevolucionárias e esquerditas surgidas no movimento socialista mundial”. Além do sectarismo, o culto à personalidade teria “o doutrinário de esquerda” um dos seus traços mais marcantes, que teria levado os comunistas “ao isolamento de nossos aliados mais ativos e a sérias dificuldades na luta pela organização da frente única”. Carlos Duarte concluiu dizendo que “o culto da personalidade é inseparável do culto ao sectarismo e ao doutrinário de esquerda, e não se poderá combater o primeiro sem destruir os outros”.<sup>119</sup>

O “centralismo excessivo” dentro do PCB também foi alvo de críticas contundentes. Osvaldo Peralva atacou o núcleo dirigente do partido acusando-o de submeter “não só o Secretariado e o Presidium, como o próprio Comitê Central”. Esse “órgão centralizador” que se modificava raramente, e que era constituído “de uns poucos camaradas”, para Peralva, existia

[...] fora e acima do Estatuto, portanto fora e acima do Partido, como um corpo estranho, clandestino em relação ao próprio Partido e a sua própria direção. Por isso, viola o Estatuto, pois sua existência mesma já representa uma infração; estabelece duas disciplinas, uma para si e outra para os demais membros; atenta contra a unidade do Partido, pois se destaca como uma fração que a ele se sobrepõe.<sup>120</sup>

Em outro artigo, intitulado “Sobre os direitos da minoria”, Peralva lançou duros golpes à vigência do artigo 21 do Estatuto do PCB, que atribuía a função de reabrir as discussões sobre qualquer resolução aprovada dentro do partido à maioria ou ao “organismo superior”. Para Peralva, a aplicação do estatuto limitava a luta interna, pois reduzia o espaço de atuação das minorias. Nesse aspecto, o militante comunista afirmou:

[...] o único caminho para estabelecer a unidade ideológica, a unidade de princípios, eliminando as divergências de opiniões que surgem inevitavelmente no processo da busca comum da verdade, é o caminho do debate amplo e livre, do cotejo de argumentos, do entrelaço de ideias e pontos de vistas. Pessoalmente estou convencido de que se concedermos à minoria o direito de manter e defender sua opinião, ressalvados os deveres da disciplina única para todos, fortaleceremos a

---

<sup>118</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 397, 22 de dezembro de 1956, p. 13.

<sup>119</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 398, 29 de dezembro de 1956, p. 12.

<sup>120</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 393, 24 de novembro de 1956, p. 7.

unidade de nossas fileiras, reduziremos as possibilidades de formação de grupos e inauguraremos o período de ouro do desenvolvimento político e teórico do P.C.B.<sup>121</sup>

Agildo Barata também atacou os dirigentes do partido, acusando-os de arrogantes e autossuficientes, e de se projetarem em maior ou menor intensidade sobre as organizações do partido, sufocando no “nascido qualquer embrião de ideia nova”, já que a “verdade sempre e invariavelmente vinha de cima”. Por vezes, as bocas se abriam, mas “a surdez atingia aspectos incríveis no chamado núcleo dirigente”. Para o militante comunista, a falta “quase absoluta de discussão livre e democrática” no PCB favorecia o surgimento de uma “tendência a voltar ao velho e calmo sossego das bocas caladas e obedientes”. Assim, a única saída era a livre discussão e o fortalecimento da democracia interna.<sup>122</sup>

As críticas de Agildo Barata causaram reações adversas entre os dirigentes, instaurando um clima de tensão. Nesse sentido, João Amazonas declarou que

[...] o camarada Agildo Barata não pode desconhecer que salvar a unidade do Partido é o primeiro dever de cada comunista. As opiniões errôneas do camarada Agildo Barata devem ser combatidas. No partido não pode ter livre circulação de idéias estranhas à ideologia do proletariado, muito menos, ideias prejudiciais a unidade do Partido.<sup>123</sup>

Em defesa do grupo dirigente, João Amazonas argumentou que o PCB era organizado a partir do “centralismo democrático e isto significa que toda organização do partido deve obrigatoriamente possuir sua direção”. Rechaçando a legitimidade do órgão dirigente, declarou o dirigente comunista, “o camarada Agildo Barata nega a própria existência do Partido como organização”. Além disso, João Amazonas recomendou:

[...] o camarada Agildo Barata, sem deixar de lutar por suas opiniões, saiba corrigir o erro cometido com a publicação do seu artigo e tudo faça nos debates que se travam para elevar mais e mais o nome e o prestígio do Partido e do seu Comitê Central, para tornar mais sólida ainda a unidade do Partido em torno do Comitê Central e do chefe do Partido, o camarada Prestes.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n.º. 391, 10 de novembro de 1956, p. 6.

<sup>122</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n.º. 402, 2 de fevereiro de 1957, p. 6.

<sup>123</sup> *Idem*.

<sup>124</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n.º. 402, 2 de fevereiro de 1957, p. 8.

Como já foi dito, três tendências se formaram entre os comunistas brasileiros: os “renovadores”, os “conservadores” e o “centro”, que apoiava o segundo grupo. Nesse aspecto, João Batista de Lima e Silva deixou evidente esta cisão:

[...] estamos em face de duas tendências nas discussões que ora se travam entre os comunistas brasileiros. Uma encara o culto à personalidade como um sistema de métodos e normas que se petrificam em princípios formais e tenta corrigir os erros das decorrentes através do exame amplo e livre de orientações e postulados até há pouco considerados dogmas de fé. Outra, opõe-se decididamente a qualquer avaliação do que julga ser princípios inamovíveis de nosso movimento e considera suficiente o estabelecimento do “método de direção coletiva” para se superar os erros denunciados. Essas tendências não particulares, apenas, ao nosso país. Elas dominam, atualmente, todo o movimento comunista mundial.<sup>125</sup>

O que caracterizava melhor a nova corrente, afirmou João Batista, era o seu empenho na construção de uma “democratização mais efetiva da vida do Partido, uma posição independente do PCUS e, em diversos casos, a rejeição da tese de nação dirigente dentro do sistema de países socialistas”, sem prejudicar o internacionalismo proletário e sim o fortalecendo a partir do “princípio de igualdade e solidariedade entre os partidos comunistas e o movimento proletário de todos os países”. Assim, a nova tendência à democratização superaria “a resistência tenaz dos que se apegam às velhas fórmulas e aos velhos métodos”.<sup>126</sup>

O secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, também ingressou no debate. Contudo, o líder comunista não se envolveu assiduamente nas discussões, publicando somente um documento. Prestes participou do debate por meio de uma carta, enviada primeiramente ao Comitê Central do PCB e depois publicada na **Voz Operária**, na qual escreveu:

[...] estou convencido de que para elevar a um nível superior a atividade em nossas fileiras é agora imprescindível ampliar a democracia na vida do Partido, melhorar a direção coletiva, combater sistematicamente toda e qualquer violação dos princípios leninistas sobre o Partido, utilizar em maior grau a crítica e a autocrítica e estimular, mais e mais, a crítica vinda de baixo. Para dar o primeiro passo nesse caminho é que iniciamos a discussão em nossas fileiras. Reconheço que esta discussão muito contribuirá para se estimular a luta contra o subjetivismo, tanto contra o sectarismo em nossas fileiras que se manifesta através particularmente da centralização

---

<sup>125</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 393, 24 de novembro de 1956, p. 6.

<sup>126</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 393, 24 de novembro de 1956, p. 6.

excessiva, que nos isola da massa, que dificulta enfim o trabalho coletivo nos organismos partidários.<sup>127</sup>

Prestes saudou com entusiasmo o início das discussões dentro do partido, embora ressaltasse que o “Partido se rege pelos princípios marxista-leninistas, e a discussão, ampla e livre, deve basear-se em princípios” que precisam ser respeitados: o internacionalismo proletário, a defesa do Partido e a defesa do marxismo-leninismo. Além disso, para o líder comunista era necessário garantir que as “idéias dos inimigos de classe” não se difundissem no partido. Assim, o Comitê Central deveria criar condições para que os membros do partido não hesitem em discutir, mas ao mesmo tempo, assumir a comando dos debates, ou seja, não permitir que se propagasse “a influência do inimigo em nossas fileiras, nem que a título de liberdade de expressão, sejam dadas armas ao inimigo”. O Comitê Central cuidaria dos interesses do PCB, adotando medidas para que a discussão caminhasse no sentido de consolidar a “unidade do Partido em torno do centro único que é o próprio Comitê Central”.<sup>128</sup>

A carta de Prestes gerou reações simpáticas. Carlos Marighella respondeu positivamente às questões levantadas pelo secretário-geral do PCB, reconhecendo que o propósito do debate era “corrigir os erros, democratizar a vida do Partido, lutar pelo seu fortalecimento e buscar novas formas para ampliar as ligações com as massas”. Optando por esse caminho, argumentou Marighella, exigia-se da discussão o papel de “educar-nos na integração da verdade universal do marxismo-leninismo com a prática da revolução brasileira”, levando ao “aumento da atividade cotidiana dos comunistas na execução das tarefas inadiáveis”.<sup>129</sup>

O debate continuou até fins de abril, quando o Comitê Central lançou a resolução “Sobre a unidade do Partido”. Ao lado da resolução, o Comitê Central do PCB divulgou uma nota que determinava:

O Comitê Central do PCB abriu em todo o Partido a discussão sobre os ensinamentos do XX Congresso do PUCS, o culto à personalidade e suas consequências. Durante mais de 5 meses grande número de membros do Partido

---

<sup>127</sup> A carta foi divulgada com o seguinte título, “Importante carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do P.C.B. sobre o debate político”. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 393, 24 de novembro de 1956, p. 3.

<sup>128</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 393, 24 de novembro de 1956, p. 3.

<sup>129</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, nº. 393, 24 de novembro de 1956, p. 6.

expressou livremente suas opiniões. A discussão forneceu material considerável para o exame das questões em debate. O Comitê Central considera de grande importância realizar uma análise aprofundada da discussão que se processa em torno do Projeto de Resolução de outubro de 1956 a fim de extrair todos ensinamentos que ela proporciona. Com este objetivo o Comitê Central decide que, em sua próxima reunião, deverá ser feito o balanço da discussão que ora se trava no partido, e fixa o encerramento dos debates para 30 dias após a publicação desta resolução.<sup>130</sup>

A resolução “Sobre a unidade do Partido” limitou as discussões e convocou a unidade partidária, alegando inaceitável qualquer crítica aos princípios marxistas-leninistas e proclamando o partido como vanguarda do povo e defensor dos princípios do centralismo democrático e da liderança coletiva<sup>131</sup>. De certa forma, a resolução do Comitê Central era uma resposta à crítica de Agildo Barata que acusou os dirigentes do partido de omissão nos debates. Barata defendeu uma orientação independente para os partidos comunistas, cujo marxismo deveria ser sintonizado com a realidade social de cada país. Nesse sentido, o PCB deveria desenvolver um programa que fosse o reflexo da participação coletiva da liderança e das bases do partido; construir uma política de mobilização social semelhante a da China, junto com a descentralização da organização partidária; fomentar uma democratização do partido tanto na prática como na teoria, buscando eliminar o centralismo excessivo; combater o sectarismo e a burocratização; promover eleições do partido que refletissem os interesses da base.<sup>132</sup>

O cerceamento do debate foi precedido pela destituição do diretor da **Voz Operária**, Aydano do Couto Ferraz, em 18 de fevereiro de 1957. Jornalistas do semanário subscreveram uma carta de protesto que foi lida por Agildo Barata na reunião do Comitê Central, em abril de 1957. Entretanto, o protesto praticamente não teve efeito. Em fins de abril e maio do mesmo ano, os conservadores lançaram uma série de artigos atacando Barata, Osvaldo Peralva e outros renovadores. Entre os dois grupos, as tensões se acirravam. Os conservadores passaram a concentrar as críticas em Agildo Barata que acabou rompendo com o PCB em 13 de maio de 1957. O afastamento de Barata foi acompanhado por outros membros do partido,

---

<sup>130</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n°. 411, 20 de abril de 1956, p. 5.

<sup>131</sup> **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n°. 411, 20 de abril de 1956, p. 5.

<sup>132</sup> CHICOLTE, Ronald. Op. cit., p. 119-120.

entre eles o único deputado federal do PCB na época, Bruzzi Mendonça<sup>133</sup>, e o Peralva que saiu em 22 de maio de 1957.<sup>134</sup>

---

<sup>133</sup> Antônio Bruzzi de Mendonça foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, em 1954, pelo Partido Republicano Trabalhista e com o apoio dos comunistas. Não conseguiu se reeleger no pleito de 1958.

<sup>134</sup> CHICOLTE, Ronald. Op. cit., p. 120-121.

## Conclusão

O Partido Comunista do Brasil (PCB) integrou o processo de redemocratização (1945-1946), propondo uma política de união nacional na luta contra o fascismo e de defesa da continuidade do processo democrático através da formação de uma frente ampla que agrupasse as principais forças progressistas. O programa foi bem recebido por diversos segmentos da sociedade brasileira, o que, de certa forma, explica o aumento do número de filiados e o bom desempenho do PCB nas disputas eleitorais<sup>135</sup>. Chegando até mesmo apoiar Getúlio Vargas à frente da Assembleia Constituinte, aquele mesmo que quase desmantelou o PCB no Estado Novo, o partido comunista encarou uma fase de inserção no cenário político-institucional brasileiro.

A situação animadora, entretanto, se reverteu com a cassação do registro legal do PCB, em 1947. Posto na ilegalidade, o partido comunista teve seus jornais fechados, seus parlamentares foram cassados e sua militância afastada dos sindicatos. Com a obstrução dos canais institucionais, que os comunistas defenderam com vigor nos anos da redemocratização, o PCB, sentindo-se isolado, saltou de uma posição reformista para a radicalização. O “Manifesto de Janeiro de 1948” e o “Manifesto de Agosto de 1950”, reafirmado no IV Congresso do partido em 1954, expressaram essa mudança de orientação. Contudo, a virada teórica iniciou uma fase de conflitos, gerando cisões dentro do partido e choques entre a linha política partidária e a militância.

A partir de 1951 e 1952, os militantes comunistas que atuavam na área sindical, reagiram e começaram a se distanciar da linha política imposta pelo “Manifesto de Agosto de 1950”. Essa atitude se manifestou na volta aos sindicatos e na aliança extraoficial com os trabalhistas. Em julho de 1952, o Comitê Central aprovou uma resolução sobre organização e unidade de classe operária, que introduziu novas orientações na política sindical do PCB, contribuindo para o fortalecimento da posição dos comunistas dentro dos sindicatos e a ampliação da influência comunista no movimento dos trabalhadores. Porém, muitos dos

---

<sup>135</sup> Com o resultado das eleições presidenciais e legislativas de 2 de dezembro de 1945, o PCB passou a ocupar o quarto lugar entre as forças políticas nacionais, contando 180 mil filiados. SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005, p. 109.

elementos da linha política partidária permaneceram, levando os militantes a assumirem uma postura de distanciamento dos sindicatos e federações, e de resistência em relação à unidade sindical. A partir de então emergiram as grandes greves, como a dos bancários de São Paulo, em 1951, e a “greve dos 300 mil”, no ano de 1953.<sup>136</sup>

Além do âmbito sindical, a linha definida pelo “Manifesto de Agosto de 1950” encontrou opositores no interior do PCB. Em 1952, após criticar o Comitê Central, José Maria Crispim, ex-deputado federal e membro do Comitê Central, foi expulso do partido sob a acusação de traição e direitismo. Crispim dirigiu críticas, sobretudo, à orientação política determinada pelo Manifesto de 1950, e o núcleo dirigente, sob o comando de Diógenes Arruda, Maurício Grabóis, João Amazonas e Carlos Marighella. Propôs a substituição da linha política do manifesto por uma “política de massa”, direcionada para os trabalhadores getulistas. Além do Crispim, dirigentes dos escalões intermediários de São Paulo, algumas comissões de operários têxteis de Sorocaba e um pequeno grupo de militantes do Rio de Janeiro abandonaram o PCB.<sup>137</sup>

Entre os anos de 1954 a 1958, o PCB vivenciou uma série de experiências que alavancaram mudanças teóricas, política e organizativas. Foram quatro fatores relevantes: o suicídio de Vargas em 1954 e as tentativas de golpe em novembro de 1955; o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek; os impactos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956; e os problemas internos acumulados durante os anos anteriores que ganharam maior ênfase depois de 1956. Os comunistas brasileiros, diante desta conjuntura, tiveram sua linha política questionada e seus princípios marxista-leninistas parcialmente fraturados. Em função disso, o PCB iniciou um processo de renovação e formulação daquela que ficou conhecida como a nova política<sup>138</sup>. A “Declaração de Março de 1958” foi o principal documento que orientou as transformações políticas do partido comunista.

---

<sup>136</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 226.

<sup>137</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. t. 3, v. 10, 2007, p. 497-498.

<sup>138</sup> SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 228.

Assim, o questionamento das teses do “Manifesto de Agosto de 1950”, favoráveis à luta armada e à derrubada do governo, remontaram, no mínimo, ao ano de 1952. O processo de revisão crítica teria iniciado com a resolução do Comitê Central sobre a organização da classe trabalhadora, que formulou novas orientações para a atuação dos comunistas nos sindicatos. Além disso, somaram-se as experiências vivenciadas entre 1954 e 1958 que culminaram na reorientação política do PCB. Nesse sentido, consolidou-se uma tendência revisionista da linha política, na qual se inseriu o debate em torno do relatório de Nikita Krushev, que intensificou o processo de renovação em andamento entre os comunistas brasileiros.<sup>139</sup>

As discussões na imprensa sobre o XX Congresso do PUCS tiveram consequências na luta interna do PCB, acelerando um processo de conflitos que vinham das décadas anteriores, que impulsionou mudanças no Comitê Central e na linha política do PCB. O debate no jornal **Voz Operária** explicitou a existência de três grupos dentro do partido: “renovadores”, “conservadores” e o “grupo baiano” ou “centro”. Os “renovadores”, tendo à frente Agildo Barata, criticaram principalmente o centralismo excessivo e a ausência de democracia interna no partido. Na percepção dos “conservadores”, os ataques feriam os princípios do marxismo-leninismo e a unidade partidária, sendo assim inaceitável a permanência de elementos desagregadores. Com o apoio do “centro”, o grupo conservador afastou os “renovadores” do partido.

O desfecho final do debate entre outubro de 1956 e abril de 1957 na **Voz Operária** foi, portanto, a expulsão do grupo de Agildo Barata. Contudo, a derrota dos “renovadores” não implicou no fortalecimento do antigo núcleo dirigente liderado por Diógenes Arruda. Em abril de 1957, logo após a aprovação da resolução “Sobre a Unidade do Partido”, o grupo conservador foi afastado. Em julho de 1957, na primeira reunião do Comitê Central com a presença de Luís Carlos Prestes desde 1948, Diógenes de Arruda, Maurício Grabóis e João Amazonas perderam seus lugares na Comissão Executiva, enquanto assumiam Giocondo Alves Dias e Mário Alves. Jacob Gorender e Armênio Guedes passaram a integrar o Comitê Central<sup>140</sup>. Com a ascensão do “grupo baiano”, o PCB passou por uma mudança na orientação

---

<sup>139</sup> REIS, Daniel Aarão. **A revolução que faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 84-85.

<sup>140</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 508-509.

partidária e na interpretação da situação política brasileira com publicação da “Declaração de Março de 1958”<sup>141</sup>, rechaçando o “Manifesto de Agosto de 1950” e o IV Congresso de 1954.

---

<sup>141</sup> O documento reafirmava a visão da revolução brasileira em duas etapas: primeira, a democrática e nacional e depois, a socialista; indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais (reformas de base); e apontava o caminho pacífico da revolução. Assim, o PCB renunciava à bandeira insurrecional, deslocando-se para o caminho das reformas. SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit., p. 124.

## Fontes

**Voz Operária.** Rio de Janeiro, 1949-1959. Periódico disponível para consulta on-line e download na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Ver <http://hemerotecadigital.bn.br/voz-operaria/154512> Acesso em 09/12/2013.

## Bibliografia

CHICOLTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DEZEMONE, Marcus; GRYNSZPAN, Mario. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os comunistas e os *Novos Rumos*.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Voz Operária. In: ABREU, A. A. et alli. (coords) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930.** Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 1953).** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 91-115.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

REBELO, Apolinário. **A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução que faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. São Paulo: Editora Unicamp, v. 5, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 3, v. 10, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2007.

VINHAS, Moisés. **O partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.